

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.312.211 - RJ (2018/0144885-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADOS** : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852**  
                  **GISELLE MICHELI FOGLIANI - RJ151796**  
                  **KELLY CANHESTRO OLIVEIRA - RJ185075**  
**AGRAVADO** : **JORDECI DOS SANTOS**  
**ADVOGADO** : **PATRICIA DA ROCHA COLLAÇO E OUTRO(S) - RJ116329**

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Companhia Estadual de Águas e Esgotos – Cedae contra decisão que inadmitiu o recurso especial, porquanto não vislumbrada a infringência aos dispositivos legais arrolados e com suporte na Súmula 7/STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, em oposição a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

Ação de Obrigação de Fazer c/c Restituição de Indébito e Indenizatória – Cobrança de tarifa de coleta e tratamento de esgoto sanitário – CEDAE.

Prazo prescricional – Aplicação do artigo 205 do Novo Código Civil.

Relação de consumo – Artigos 6º, inciso IV, 39, inciso V e 51, inciso IV do Código de Defesa do Consumidor.

Não obstante a ausência de prova pericial, constata-se que a própria CEDAE afirma que o local objeto da presente lide é servido por galerias de águas pluviais.

A cobrança de tarifa de coleta e tratamento de esgoto sanitário deve se basear no efetivo serviço prestado pela empresa, não sendo possível caso não haja a contraprestação por parte da CEDAE, sob pena de enriquecimento sem causa, em prejuízo para o consumidor, nos termos dos artigos 6º, inciso X e 22 da Lei nº 8.078/90 - Artigo 97, parágrafo único do Anexo ao Decreto Estadual n. 553, de 16 de janeiro de 1976 - Manutença da Sentença. Desprovinimento da Apelação. (e-STJ, fls. 231-232)

A insurgente sustenta violação dos arts. 165, 458, II e III, do CPC, sob a alegação de ausência de fundamentação no aresto.

Informa a ocorrência de fato novo (art. 397 do CPC) relativo a acordo firmado com a municipalidade, pelo qual não mais responderia pelo serviço de esgotamento sanitário nas localidades em questão.

Aponta negativa de vigência aos arts. 3º da Lei n. 11.445/2007 e 2º, XLVII, do Decreto n. 553/1976, pois, a seu ver, uma vez que tenha sido

# *Superior Tribunal de Justiça*

prestada qualquer das fases do esgotamento sanitário, mostra-se legal a cobrança da tarifa de esgoto de forma integral, não havendo falar em cobrança proporcional.

Aduz, também, ofensa ao art. 206, § 3º, IV e V, do Código Civil, sob a alegação de que o prazo prescricional para a cobrança de tarifa de esgoto supostamente ilegal é de 3 (três) anos.

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

De início, não há falar e ausência de fundamentação no aresto recorrido, uma vez que o Tribunal local decidiu a controvérsia de forma satisfatória, com suporte nos elementos fáticos da causa e na legislação de regência, atraindo, no ponto, a aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF e 7 do STJ.

Quanto aos demais aspectos, de igual modo, o recurso não prospera.

Com efeito, esta Corte, por ocasião do julgamento do REsp 1.339.313/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou posicionamento de que, em razão da natureza do serviço de esgotamento sanitário, formado por um complexo de atividades, a prestação de qualquer uma delas é suficiente para permitir a cobrança integral da tarifa.

No caso, o Tribunal local – alicerçado nos elementos de convicção carreados aos autos – não reconhece nenhuma das fases do serviço de esgotamento no imóvel e na região em que localizada a residência do autor, e, não obstante, segundo o aresto impugnado, a Cedae exige o pagamento pelo serviço, gize-se – mesmo diante do mencionado acordo entabulado com o Município do Rio de Janeiro –, o que a recorrente, nesta via, aduz tratar-se de fato novo.

Confiram-se os excertos do acórdão:

Ocorre que, tratando-se de relação de consumo, aplicam-se o artigo 5º, inciso XXXII da Constituição Federal e os artigos 6º, inciso IV, 39, inciso V e 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor e, não, somente os diplomas mencionados pela CEDAE.

A cobrança de tarifa de coleta e tratamento de esgoto sanitário deve se basear no efetivo serviço prestado pela empresa, não sendo possível caso não haja a contraprestação por parte da CEDAE, sob pena de enriquecimento sem causa, em prejuízo para o consumidor, nos termos dos artigos 6º, inciso X, e 22 da Lei n. 8.078/90.

O parágrafo único do artigo 97 do Anexo ao Decreto Estadual n. 553, de 16 de janeiro de 1976 é expresso ao determinar:

“Não é devida tarifa de esgoto quando os efluentes prediais forem lançados em sumidouros, valas de infiltração, valas e valões de terra não beneficiados pela Administração Pública”.

Na hipótese dos autos, está comprovada a inexistência de prestação de serviço de esgotamento sanitário ao imóvel do autor.

Não obstante a ausência de prova pericial constata-se que a própria CEDAE admite que o local objeto da presente lide é servido por galerias de águas pluviais (GAP).

Dessa forma, a demandada não realiza os serviços de coleta e de tratamento

# *Superior Tribunal de Justiça*

de esgoto sanitário na área do autor, uma vez que foi esclarecido pela própria ré que as galerias de águas pluviais pertencem ao Município do Rio de Janeiro, a quem cabe toda a responsabilidade pela manutenção.

Acrescente-se que a ré aduz ainda que desde fevereiro de 2007 foi firmado acordo com o Município do Rio de Janeiro, tendo sido passado a este os direitos e obrigações do serviço de tratamento de esgoto, porém, observa-se que a CEDAE, mesmo depois desta data, cobra pelo serviço de esgoto não prestado.

Outrossim, a falta de saneamento na área de Campo Grande é fato público e notório.

A regra do artigo 476 do Código Civil também afasta a pretensão da concessionária, de vez que esta não cumpre a obrigação de colocar à disposição do consumidor o serviço público essencial de esgotamento sanitário, nada obstante cobrar pelo serviço inexistente.

Importante mencionar, ainda, o Termo de Compromisso celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no qual, visando à redução do passivo judicial envolvendo a concessionária, ficou estabelecida a abstenção da cobrança pelo tratamento de esgoto em locais em que não haja sistema de coleta de esgoto.

Consequentemente, não havendo qualquer prova de que a Cedae faça algum tipo de canalização, recolhimento, e tratamento dos efluentes sanitários do local, indevida a cobrança de tarifa de coleta e tratamento de esgoto, e, o que é mais inadmissível, tentar se aproveitar da irregularidade do fato de os dejetos sanitários serem jogados na rede pluvial para cobrar valores sobre o pressuposto de que é responsável pela manutenção de rios e lagoas.

Portanto, indevida a cobrança de tarifa de coleta e tratamento de esgoto, porque os serviços não são prestados e não estão disponíveis, através da CEDAE, estando correta a Sentença que condenou a ré a se abster de cobrar pelo serviço de esgoto e a ressarcir a quantia paga pelo autor, respeitada a prescrição decenal. (e-STJ, fl. 234-236 - grifos acrescidos)

Nessa senda, para se concluir de forma diversa do Tribunal de origem e dar guarida à pretensão da recorrente seria necessário o revolvimento da matéria fática da causa, o que não é permitido na via do especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

No ponto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA INEXISTÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE QUALQUER DAS ETAPAS DO SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

# *Superior Tribunal de Justiça*

II. Na origem, a parte ora agravada propôs ação ordinária em face da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, "pleiteando o restabelecimento do serviço, instalação de hidrômetro, declaração de inexigibilidade da cobrança a título de esgotamento sanitário, revisão dos lançamentos com supressão das duplicidades e condenação da Ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 40.000,00".

III. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do REsp 1.339.313/RJ, julgado sob a sistemática do art. 543-C do CPC/73, consolidou entendimento no sentido de que o serviço de esgotamento sanitário é formado por um complexo de atividades - coleta, transporte, tratamento e disposição final dos dejetos no meio ambiente -, sendo a prestação de qualquer uma delas suficiente para permitir a cobrança da tarifa.

IV. Todavia, no caso, o Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, concluiu que "a empresa Ré não presta nenhum tipo de serviço de captação, coleta, tratamento ou remoção de esgoto sanitário no local em que reside a parte autora". Assim, o acolhimento da tese da concessionária, no sentido de que o serviço é prestado, ainda que de forma parcial, demandaria o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte. No mesmo sentido, em casos análogos: STJ, REsp 1.678.867/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/10/2017; AgInt no AREsp 940.821/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/10/2016.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.779.086/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/8/2019, DJe 22/8/2019)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INEXISTÊNCIA. COBRANÇA INDEVIDA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIDA. CONTRATO, MATÉRIA FÁTICA E LOCAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ E 280/STF.

1. A alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, atrai a aplicação da Súmula 284/STF.

2. O conhecimento de recurso fundado em divergência pretoriana requer a devida observância dos requisitos prescritos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ, o que não ocorreu no caso.

3. O Tribunal de origem entendeu pela inexigibilidade de cobrança referente ao serviço de esgoto sanitário até o ano de 1998, em virtude da inexistência de prestação do serviço, com base no Decreto n. 82.587/1978, vigente à época dos fatos.

4. Pleiteia a agravante aplicação do entendimento atual desta Corte, de que basta a concessionária realizar qualquer dos serviços inerentes ao esgotamento sanitário, para justificar a cobrança da referida tarifa, com base

# *Superior Tribunal de Justiça*

no disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007, que não foi sequer objeto do recurso especial.

5. Ademais, defende a agravante, a legalidade da cobrança de esgoto sanitário, com base em disposição de lei municipal e em contrato de concessão celebrado, o que inviabiliza a apreciação da matéria por esta Corte, tendo em vista o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ, e da Súmula 280/STF.

Agravo regimental improvido

(AgRg no AREsp 482.707/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/5/2014, DJe 26/5/2014)

No que toca ao prazo prescricional, o acórdão recorrido não se afasta do posicionamento adotado por esta Corte, firmado no julgamento do REsp n. 1.113.403/RJ, submetido ao regime dos recursos repetitivos do art. 543-C do CPC/1973, segundo o qual a ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil, devendo ser, pois, vintenário, na forma estabelecida no art. 177 do Código Civil/1916, ou decenal, conforme previsto no art. 205 do Código Civil/2002.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator